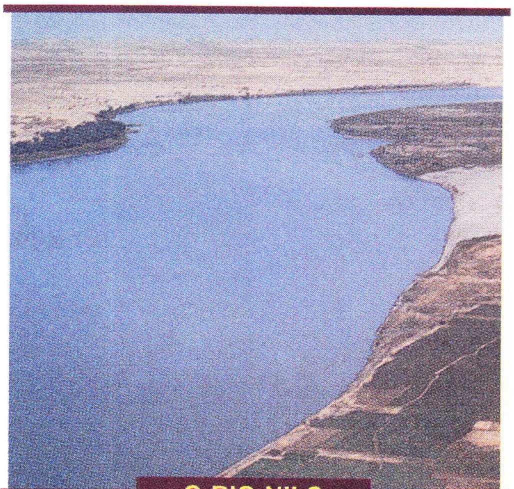
A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

Entre as primeiras civilizações orientais pertencentes ao modo de produção asiático, baseadas na servidão coletiva, a egípcia sobressaiu-se como uma das mais grandiosas e a mais duradoura. Marcada pelas grandes obras públicas (palácios, templos, pirâmides, canais de irrigação, diques), fundamentais para a agricultura, a civilização egípcia contava com um Estado despótico que controlava a estrutura socioeconômica e administrativa, graças às instituições burocráticas, militares, culturais e religiosas que controlavam e subordinavam toda a população.

"Modo de produção asiático: expressão usada por Marx uma única vez, mas que se tornou usual entre os marxistas para designar determinado tipo de sociedade em uma 'comunidade superior', mais ou menos confundida com o Estado e que se encarna num governante 'divino', explora mediante tributos e trabalhos forçados as comunidades aldeãs – caracterizadas pela ausência de propriedade privada e pela auto-suficiência, permitida pela união do artesanato e da agricultura. Nas discussões do século XX, preferiu-se substituir o inadequado asiático – posto que as sociedades desse tipo não são somente da Ásia – por 'despótico tributário', 'tributário', 'despótico aldeão' etc. O próprio conteúdo do conceito sofreu modificações às vezes grandes em relação à sua formulação por Marx."

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo, Ática, 1995. p. 82.

Situada no nordeste da África, numa região predominantemente desértica, a civilização egípcia desenvolveu-se no fértil vale do Nilo, beneficiando-se do seu regime de cheias.



O RIO NILO

O regime das cheias do rio Nilo depende das abundantes chuvas que caem na nascente do rio, de junho a setembro, levando-o a transbordar na região egípcia. Ao fim do período chuvoso, que vai de outubro a novembro, o rio volta a ocupar seu leito normal, deixando as margens férteis para a agricultura. A colheita é feita de abril a maio.

As abundantes chuvas que caem durante certos meses na nascente do rio, ao sul do território egípcio (atual Sudão), provocam o transbordamento de suas águas. Essas cheias, ao ocuparem as margens do rio, depositam ali o húmus fertilizante. Quando termina o período chuvoso e o rio volta ao seu leito normal, as margens ficam prontas para uma agricultura farta.

Este quadro natural favoreceu o surgimento das primeiras aldeias neolíticas no vale do Nilo, constituindo-se os **nomos**, comunidades autônomas que desenvolviam uma agricultura rudimentar e eram chefiadas pelos **nomarcas**. O crescimento da população e o aprimoramento agrícola e a produção de excedentes logo possibilitaram o nascimento das primeiras cidades e a diferenciação social. Os habitantes foram aperfeiçoando as técnicas de irrigação e, simultaneamente, uma cultura de características singulares, a exemplo da escrita hieroglífica e do calendário solar.

O Antigo Império (3200 a.C. – 2000 a.C.)

Certamente, as diferenças sociais no interior das aldeias agrícolas, os conflitos nos nomos e entre os nomos, e as atuações das novas elites locais resultaram na estruturação do Estado com a reunião desses territórios, originando primeiro a formação de dois reinos, o reino do Alto Egito, localizado ao sul do Nilo, e o do Baixo Egito, ao norte, por volta de 3500 a.C. Somente perto de 3200 a.C., Menés (ou Namer, ou Men, ou ainda Meni, segundo variadas fontes), governante do Alto Egito, impôs a unidade como faraó de todo o Egito, tornando-se o governante do **primeiro Estado unificado da história**, subordinando os diversos nomos. Os nomarcas, convertidos em representantes do poder central nessas comunidades, administravam diversas aldeias e pequenas cidades, cuidando da coleta dos impostos e da aplicação das determinações estabelecidas pelo faraó.

Com a unificação, iniciou-se o chamado **período dinástico** da história egípcia. O faraó adquiriu o papel de supremo mandatário, concentrando todos os poderes em suas mãos e apropriando-se de todas as terras; a população deveria pagar tributos a ele e servi-lo. Reforçando seu poder, o faraó encarnava também o elemento religioso, passando a ser considerado um deus vivo, sendo cultuado como tal.

"O Estado egípcio parece ter precedido a plena urbanização, o desenvolvimento em escala maior do comércio exterior, o florescimento completo da divisão do trabalho. Estas coisas se deram, com todas as suas características, depois da formação de uma monarquia unificada. [...]

Na teoria político-religiosa da monarquia egípcia, formada muito cedo e mantida por quase três milênios com poucas alterações (e somente algumas nuances), o rei se define literalmente como o centro de todas as coisas, incluindo mesmo os países estrangeiros, destinados à subordinação por ele."

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Antiguidade oriental: política e religião.* São Paulo, Contexto, 1990. p. 41.

É evidente que a intensa religiosidade que se desenvolveu no Egito favorecia sobremaneira a preservação do poder do faraó e da ordem social. "[...] a magnificação do poder e da personalidade andaram de mãos dadas, criando um horizonte mais amplo de esforço na técnica e uma nova escala de expressão da arte. O monumentalismo brota da mesma concentração de esforço social, econômico e religioso que criou a cidade, como recipiente de uma complexa civilização, diferenciada da doméstica cidade rural, seu protótipo mais simples, derivada principalmente das necessidades rurais. [...] A magnificação de Amenófis III, no

templo mortuário de Luxor tem seu paralelo, em nosso tempo, nos cartazes, de natureza mais efêmera, que expandiam a imagem fotográfica de um Hitler ou de um Stálin: tentativas de sugerir proporções divinas, suficientes para ocultar a fragilidade, a falibilidade ou a mortalidade, meramente humanas".

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*, p. 112-3.

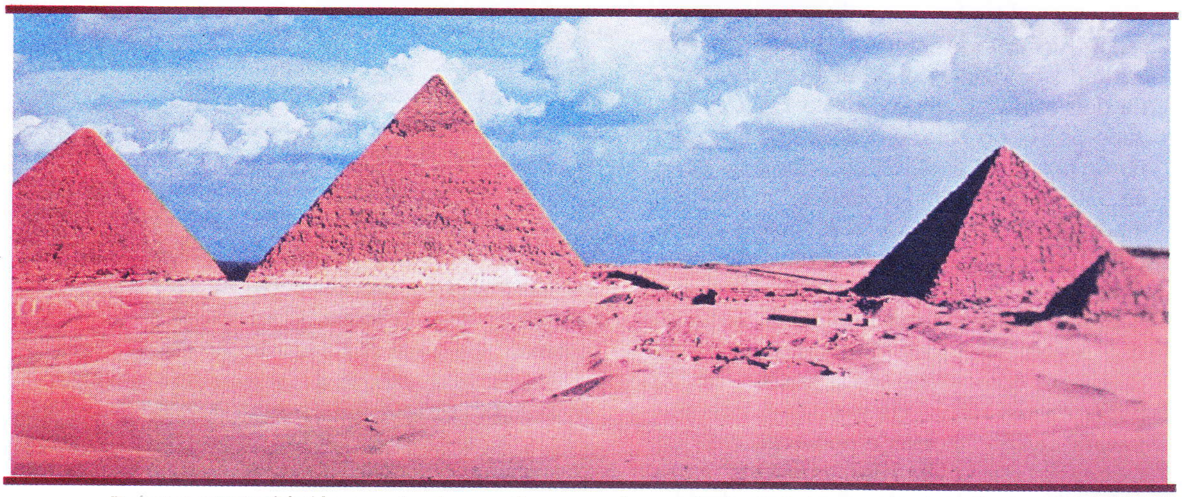
A maior parte da população trabalhava na agricultura e, não raramente, era convocada para trabalhar nos grandes projetos arquitetônicos, como as pirâmides, os templos funerários, destinados ao faraó e sua família. Depois de 2780 a.C., foram erigidas as grandes pirâmides de Gizé, túmulos dos faraós da quarta dinastia egípcia: Quéops, Quéfren e Miquerinos. A pirâmide de Quéops espalha-se por mais de 60 mil metros quadrados e contém mais de 6 milhões de toneladas de pedras, atingindo 145 metros de altura. A sua construção levou perto de vinte anos de trabalho, sendo recrutada toda a população egípcia, a um ritmo de cem mil homens em rodízio de três em três meses.

Depois de longa estabilidade política e social, o Egito, a partir de 2200 a.C., conheceu um período de desordens e enfraquecimento do poder central. Os custos da imensa burocracia estatal, a diminuição das cheias do Nilo, seguidas de crises de abastecimento e fome, resultaram em diversas revoltas populares, desorganizando ainda mais a produção e acentuando o enfraquecimento desse poder. Diante desse quadro, os poderes locais dos nomarcas ganharam maior importância.

Essa época, conhecida como período feudal egípcio, foi marcada por um longo intervalo de acirradas lutas entre os nomarcas e de inúmeras revoltas sociais, as primeiras conhecidas da história.

O Médio Império (2 000 a.C. – 1 580 a.C.)

Perto do século XX a.C., teve início uma luta contra os nomarcas, que, progressivamente, acabou restabelecendo o poder do faraó e a unidade do império. A cidade de Tebas transformou-se na nova capital, sendo que os novos faraós, especialmente os da XII dinastia, abriram um novo período de prosperidade contando com a vassalagem geral da sociedade, submetida pelo poder central.



Das quase setenta pirâmides que sobreviveram até os nossos dias, a maior é a de Quéops, seguida de Quéfren e Miquerinos, construídas sob o reinado dos faraós da quarta dinastia, no Antigo Império.

O dinamismo do período deveu-se às novas obras de irrigação, ampliando as áreas agrícolas e produtivas, e à construção de grandes tumbas e templos. Tal foi o desenvolvimento que as artes e a literatura egípcia desta época transformaram-se em modelos áureos e fontes de interesse para as gerações posteriores.

"A mudança da XI para a XII dinastia ocorreu quando o *tjati* ou ministro Amenemhat tomou o poder como Amenemhat I. É possível que, para chegar ao trono, tenha se apoiado nas grandes famílias provinciais, descontentes com a anterior família real, já que Mentuhotep III restringira os poderes dos nomarcas e suprimira sua sucessão hereditária. O fato é que, sob o novo rei, os governadores provinciais readquiriram parte dos títulos e poderes perdidos.

Foi costume dos faraós da XII dinastia associar ao trono o príncipe herdeiro, facilitando assim a sucessão. Tal período foi um dos mais brilhantes da história egípcia. Os soberanos mais iluminados pelas fontes são Senuosret III (1878-1841) e Amenemhat III (1844-1797). O primeiro teve de lutar contra a ameaça do poder renovado dos nomarcas: já seu antecessor Amenemhat II (1929-1892) havia tratado de intervir em questões atinentes aos nomos, no sentido de diminuir a autonomia provincial, mas Senuosret III decidiu levar a cabo uma reforma radical da administração. Os nomarcas foram temporariamente suprimidos e o Egito foi dividido em quatro regiões administrativas. Quanto a Amenemhat III, atribui-se-lhe a construção de um imenso palácio e obras de drenagem e colonização agrícola no Fayum. Os faraós da XI dinastia construíram suas pirâmides em localidades próximas à sua capital, no Fayum."

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 56-7.

Contudo, os vários levantes empreendidos pelos nobres que reivindicavam maior autonomia, acompanhados de rebeliões camponesas estimuladas pela penúria popular, minaram o poder central egípcio. Perto de 1800 a.C., agravando ainda mais o quadro geral, teve início uma onda de invasões estrangeiras, principalmente dos **hicsos**, estabelecendo domínios na região.

Veja o quadro abaixo referente às estimativas aproximadas da população e da área cultivada do Egito, da época da unificação até bem depois do Médio Império:

Ano (a.C.)	Habitantes	km^2	Habitantes por km^2 de terras cultiváveis
3 000	870 000	15 100	57,61
2 500	1 600 000	17 100	93,57
1 800	2 000 000	18 450	108,40
1 250	2 900 000	22 400	129, 46

Fonte: BUTZER, Karl W. *Early hydraulic civilization in Egypt*. Chicago, University of Chicago Press, 1976. p. 83. Citado por: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo, Ática, 1995. p. 59.

Os hicsos, povos de origem asiática, usavam cavalos, carros de guerra e armas feitas de metais (bronze), equipamentos que até então eram desconhecidos no vale do Nilo. Esses recursos permitiram aos invasores isolar os faraós em Tebas e exercer um completo domínio sobre a tributação, controlando o país por quase dois séculos.

O Novo Império (1580 a.C. – 525 a.C.)

A dominação dos hicsos uniu os egípcios, despertando um forte sentimento militarista entre eles, que, a partir de Tebas e sob a liderança de **Amósis I**, conseguiram expulsar os invasores, em 1580 a.C. Após a expulsão dos hicsos, os hebreus, também invasores de origem asiática, foram dominados e escravizados.

"Uma firme tradição se referia ao fato de terem sido os filhos de Israel obrigados a trabalhos forçados no Egito, construindo cidades; e que, chefiados por um líder carismático Moisés, saíram daquele país, vagaram pelo deserto por algumas décadas e por fim, já sob outros líderes, conquistaram a Palestina, terra que lhes fora prometida pela divindade que os escolhera e se aliara a eles, Iahweh, o inspirador de Moisés.

As indicações da Bíblia a respeito da cronologia do 'cativeiro no Egito' são contraditórias. Segundo uma delas (*Êxodo*, 12:40), Israel teria permanecido no Egito durante 430 anos; mas *Êxodo*, 6:14-25, só menciona quatro gerações para tal permanência. Segundo outra indicação (1 *Reis*, 6:1), o rei Salomão teria construído o templo de Jerusalém 480 anos depois da saída do Egito: o cálculo a partir da construção do santuário de Iahweh colocaria o Êxodo em plena XVIIIª dinastia egípcia, e há razões que se opõem a isto. Por outro lado, numa estela de pedra do faraó Merneptah, em seu quinto ano de reinado (aproximadamente 1219 a.C.), Israel já é mencionado como um povo instalado na Palestina e vencido pelo monarca egípcio. Uma das cidades citadas na Bíblia, como aquela em cuja construção os israelitas prestaram serviço forçado, pode ser Per-Ramsés, capital construída pelo pai de Merneptah, Ramsés II (1290 - 1224).

A tendência predominante hoje em dia é datar de Ramsés II a opressão de Israel – de fato, somente de uma porção do que viria a constituir o povo israelita – no Egito."

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Antiguidade oriental: política e religião*. São Paulo, Contexto, 1990. p. 61-2.

A força do Novo Império tratou de ampliar as fronteiras imperiais, destacando-se os faraós Tutmés III e Ramsés II, bem como o reformador religioso, Amenófis IV.

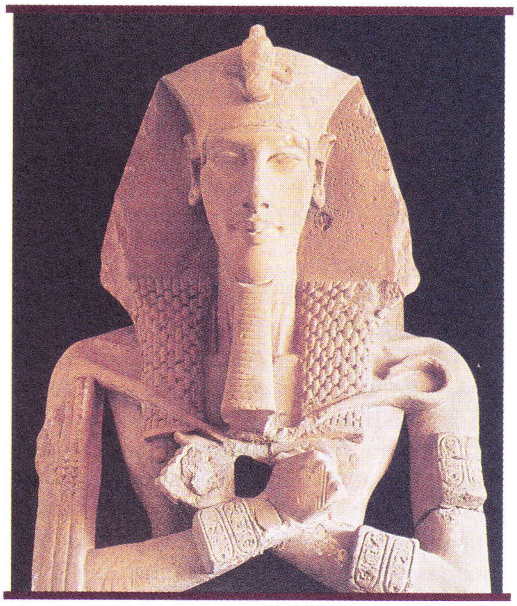
Sob o governo de **Tutmés III** (1480 a.C. - 1448 a.C.), o império alcançou a sua maior expansão territorial, estendendo-se da quarta catarata do rio Nilo, ao sul, até o rio Eufrates na Ásia, ao norte, subjugando os sírios, os fenícios e outros povos. Tal extensão territorial, assegurada pelas conquistas, fez do Egito o primeiro império mundial. A força militar do faraó era formada pela infantaria, armada de arcos, setas e lanças, e pela cavalaria, equipada com carros. Dispunha também de uma esquadra composta de galeras a remo e barcos a vela.

Já o faraó **Amenófis IV** (1377 a.C. - 1358 a.C.), conhecido como o **rei herético**, procedeu uma revolução religiosa, tentando pôr fim ao culto politeísta. Tida pelo faraó como uma doutrina ultrapassada e conservadora, a religião egípcia cultuava várias divindades (tendo Amon-Ra, o sol, como a mais importante) e concedia amplos poderes aos sacerdotes.

Há muito que o aumento constante da riqueza e da ingerência política dos sacerdotes de Amon ameaçavam a autoridade do governo central. Bem antes de Amenófis IV, já havia começado a ganhar adeptos na corte uma nova forma de culto solar, de influência asiática, em que todos se dirigiam ao próprio disco visível do sol. Pouco a pouco, o novo culto evoluiu de uma tímida religiosidade com conotações políticas para, no tempo de Amenófis IV, transformar-se no foco de uma crise político-religiosa sem precedentes.

Amenófis IV tentou mudar esse quadro, estabelecendo o culto monoteísta a Aton, o círculo solar, confiscando bens dos sacerdotes e excluindo ou inferiorizando os demais deuses. O próprio faraó mudou o seu nome, que recordava Amon (Amenófis, na realidade *Amen-hotep* = "Amon está satisfeito"), para Akhenaton (*Ech-n-Aton* = "Aquele que agrada a Aton"), e fundou uma nova capital, Akhetaton (= "horizonte do disco solar"), situada a pouco mais de 30 quilômetros de Tebas.

Os casamentos sucessivos de Amenófis IV não resultaram num esperado herdeiro, o que favoreceu o retorno do poderio dos sacerdotes e do culto politeísta tradicional. Nem sua esposa principal, a bela Nefertiti, que lhe deu várias filhas, nem o casamento com algumas de suas filhas, puderam resultar num varão que garantisse a sucessão.



Amenófis repudiou o tradicional culto egípcio politeísta e estabeleceu a adoração ao deus-sol, Aton.

Aproveitando-se dessa fragilidade, os sacerdotes depuseram Amenófis IV e outorgaram a Tutankhamon (= "Aquele que vive em Amon"), genro de Amenófis, o título de faraó, ratificando a força do Estado egípcio e anulando a reforma religiosa de Amenófis.

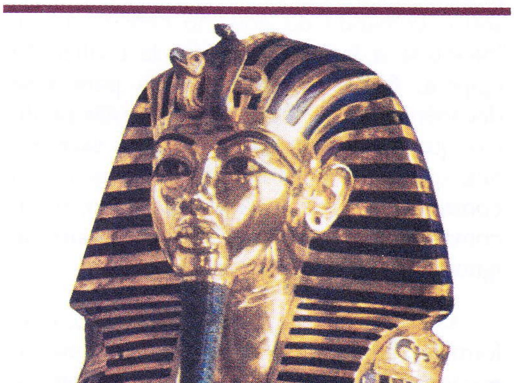
"Tutankhamon morreu depois de alguns anos de reinado. Não deixou filhos, mas sim uma viúva que deu muito o que falar; tornou-se até mais conhecida que seu marido. As placas de Boghazkoy revelam uma interessante intriga em que a jovem rainha teve um papel principal. Para conservar o trono, tinha que encontrar um marido influente e, se fosse possível, rapidamente. Por isso escreveu a seguinte carta ao rei dos hititas: "Meu marido acabou de morrer e eu não tenho filhos. Disseram-me que tendes vários filhos adultos. Mandai-me um; farei dele meu esposo e rei do Egito!"

Não havia tempo a perder. Depois de um mês de espera recebeu, não o marido, e sim uma resposta prudente. Desesperada, insistiu de novo na proposta, e desta vez o cauteloso rei dos hititas decidiu concordar com o pedido. Mas já era demasiado tarde. Por culpa de tanta demora, o príncipe hitita nunca chegou a ser rei do Egito. Outro personagem sucedeu a Tutankhamon, e a jovem travessa dos desenhos de El-Amarna desapareceu rapidamente do teatro da história sem que saibamos o seu destino.

O nome de Tutankhamon não apareceria, sem dúvida, nestas páginas a não ser pelo descobrimento de sua tumba, quase intacta, e que lhe assegurou um renome mundial. Na realidade, o mais importante que se pode dizer deste faraó é que morreu e foi enterrado."

GRIMBERG, Carl. *História Universal Daimon*. Vol. 1, Madrid, Ediciones Daimon, 1981. p. 149-150.

Depois do insucesso da jovem rainha – que se chamava Ankesenamon – em transformar o príncipe hitita em seu esposo e faraó do Egito (ele fora assassinado durante a viagem), egípcios e hititas tornaram-se inimigos irreconciliáveis, vivendo cerca de meio século de hostilidades constantes.



Máscara de ouro de Tutankhamon, faraó que morreu perto de 1352 a.C. com apenas 19 anos de idade. O túmulo de Tutankhamon foi descoberto em 1922, praticamente intacto e cheio de mobiliário e ornamentos típicos do período do Novo Império.

O prosseguimento das conquistas militares deu-se no governo do faraó **Ramsés II** (1292 a.C. - 1225 a.C.), que enfrentou e venceu vários povos asiáticos, como os hititas, na batalha de Kadesh. Foram quinze anos de enfrentamentos, até que, em 1272 a.C., egípcios e hititas assinaram um acordo de paz, o mais antigo que se conhece na história.

Na busca da máxima exaltação de seu poder, Ramsés II, que reinou por mais de setenta anos e teve 59 filhas e 79 filhos, chegou a desfigurar o rosto das estátuas do templo de Luxor e escrever nelas o seu próprio nome, inaugurando a prática de uma revisão e adulteração da história, que caracterizou muitos outros governantes ao longo da história humana.

O poderio e o esplendor alcançados no Novo Império eram evidenciados não apenas pelas conquistas militares, como também pelas manifestações culturais, a exemplo da construção dos templos de Karnac e Luxor, iniciados ainda no Médio Império e ampliados por outros faraós.

Contudo, depois de Ramsés II, foram poucos os períodos de estabilidade e unidade sob o comando do governo central; assim, iniciou-se a fase de declínio da civilização egípcia. Entre as várias razões para essa decadência destacaram-se as disputas políticas que envolviam as autoridades sacerdotais, que, em alguns momentos, chegaram a constituir um Estado dentro do Estado, sob o comando do sumo-sacerdote, não raramente ignorando o poder do faraó.

Outra razão era o próprio exército, que, formado em grande parte por mercenários estrangeiros, acabou dispersado por interesses estranhos a uma obediência hierárquica, determinando a quebra do poder estatal. Desprotegido militarmente, o Egito foi perdendo pouco a pouco suas antigas conquistas e seus domínios orientais.

Após 1100 a.C., o Egito voltou a se dividir, passando a ter governantes autônomos e rivais no Alto e no Baixo Egito, fragilizando-se e facilitando o avanço de conquistadores vizinhos. Dentre estes, destacaram-se os **assírios**, que, em 662 a.C., sob o comando de **Assurbanipal**, conquistaram a região. Os egípcios, porém, resistiram à dominação assíria e o faraó **Psamético I** (655 a.C - 610 a.C.) obteve a libertação da nação, iniciando um intenso florescimento econômico e cultural.

No período denominado **renascimento saíta**, pois Sais havia se transformado na nova capital, o Egito recuperou alguns territórios e uma forte unidade. Foi nessa fase, como descreve o historiador grego Heródoto, que o faraó **Necao** intensificou o comércio com a Ásia e financiou o navegador fenício Hamon numa viagem que contornou toda a costa africana. O navegador partiu do mar Vermelho, desceu pelo oceano Índico, cruzou o sul da África, voltando a dirigir-se ao norte já no oceano Atlântico e, depois de três anos, estava de volta ao Egito pelo mar Mediterrâneo.

Depois de Necao, as disputas políticas envolvendo burocratas, sacerdotes e militares ganharam intensidade e descontrole, e somadas às rebeliões camponesas, enfraqueceram definitivamente o império. As invasões tornaram-se cada vez mais freqüentes e bem sucedidas, até que, em 525 a.C., os **persas**, comandados pelo rei **Cambises**, conquistaram o Egito na batalha de Pelusa, destronando o faraó Psamético III.

Transformado pelos conquistadores em uma província do Império Persa, o Egito foi vítima, posteriormente, de outras dominações, como a dos gregos, macedônios, romanos, árabes, turcos e ingleses, recuperando sua autonomia política somente no século XX.

Durante o domínio romano teve início a penetração do cristianismo na região e, mais tarde, com a ocupação árabe, do islamismo, religiões que ajudaram a demolir o que restava da antiga cultura egípcia que durara perto de três milênios. Além dos exemplos arqueológicos, como as pirâmides e templos, chegaram até nós também resquícios de sua língua, ironicamente, através dos cultos da igreja cristã do Egito, ou **copta**.

Quando o Império Persa foi submetido pelo jovem conquistador greco-macedônico Alexandre Magno (foto), o Egito foi incluído no butim dos vencedores. Após a morte de Alexandre, o império foi dividido entre seus generais e o Egito ficou com Ptolomeu.

Economia, sociedade e cultura no Egito antigo

No antigo Egito, a organização das atividades produtivas era uma atribuição do Estado, detentor da maioria das terras férteis. Cabia à população camponesa, subjugada ao poder do faraó, pagar impostos sob a forma de produtos ou trabalho, constituindo o que se denomina servidão coletiva. Dessa forma, o Estado apropriava-se dos excedentes da produção, utilizando mão-de-obra gratuita para construir depósitos de armazenagem e uma ampla burocracia estatal para cobrar impostos. Mesmo as poucas propriedades privadas que existiram no Egito antigo também sofriam um controle do Estado.

Na época das cheias do Nilo, quando a atividade agrícola era suspensa, os trabalhadores eram geralmente requisitados pelo Estado para trabalhar nas obras de construção de diques, canais de irrigação, templos, palácios, etc.

Na produção agrícola destacavam-se, entre outros itens, o trigo, a cevada, o algodão, o papiro, o linho, e, na criação de animais, cabras, carneiros e gansos, além da intensa pesca no rio Nilo. Também foram desenvolvidas várias atividades artesanais, bem como a produção de tecidos e vidros e a construção de navios.

A partir dessa base econômica, a sociedade egípcia estruturava-se da seguinte forma: acima de todos achava-se o faraó e sua ampla família; logo abaixo na escala hierárquica vinha a aristocracia privilegiada constituída por sacerdotes, funcionários do Estado (burocratas e militares) e nobres, descendentes das grandes famílias dirigentes dos nomos. Entre os burocratas destacavam-se os escribas, funcionários responsáveis pela contabilidade e supervisão da organização administrativa. Na base da sociedade egípcia, estava a ampla massa camponesa e o grupo não muito numeroso dos escravos, os quais, quase sempre, eram prisioneiros de guerra. A sujeição dos camponeses era conseguida graças à repressão e às características da cultura egípcia, na qual a religião, largamente difundida, promovia a preservação da ordem existente.

"A religião penetrava intimamente todos os aspectos da vida pública e privada do antigo Egito. Cerimônias eram realizadas pelos sacerdotes a cada ano para garantir a chegada da inundação, e o rei agradecia a colheita solenemente às divindades adequadas. Oráculos dos deuses – em especial os de Amon no Reino Novo e em épocas posteriores – desempenhavam um papel importante na solução de problemas políticos e burocráticos e eram também consultados pelos homens do povo antes de tomarem decisões de algum peso. As mulheres sem filhos se desnudavam diante de touros ou carneiros sagrados, esperando mudar a situação por sua exposição a tais símbolos de fertilidade. A medicina era penetrada de magia e religião. O aspecto supersticioso das crenças multiplicava o uso de amuletos e outras proteções mágicas, tanto pelos vivos quanto pelos mortos."

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito antigo.* p. 92-3.

A religião politeísta foi o elemento cultural mais atuante no Egito antigo, constituída por uma centena de deuses, alguns em forma de animais, como vacas, touros, crocodilos, serpentes, gatos, etc. A diversidade de divindades remontava às origens das aldeias e dos nomos do período pré-dinástico, com seus cultos locais, depois agrupados e remodelados numa religião nacional. De todas as divindades egípcias, sobressaía-se Amon-Ra (sol), especialmente fortalecido no Novo Império, após a tentativa frustrada de reforma religiosa de Amenófis IV. Outras divindades importantes eram Osíris, Ísis, Set, Hórus, Anúbis e Ápis.

Da mesma forma como as cheias sucediam às vazantes, o dia à noite, os egípcios acreditavam que o mesmo acontecia com a vida, a qual sucedia à morte. Às vezes, imaginavam o morto voltando à vida na própria tumba, considerada como uma ''casa de eternidade'', de onde só poderia escapar temporariamente assumindo a forma de pássaro. Outras vezes, depois de renascido, o indivíduo navegava na barca solar ou então passava pelo julgamento do deus Osíris, depois do qual, se não fosse condenado por seus feitos, iria viver num outro mundo melhor.

Para que o corpo pudesse voltar a abrigar a alma, desenvolveu-se o culto aos mortos e a técnica de mumificação de cadáveres, um conhecimento controlado pelos sacerdotes. No início, a mumificação era uma exclusividade do faraó, progressivamente estendida a todos aqueles que pudessem pagar as elevadas despesas da mumificação.

A técnica da mumificação foi tão desenvolvida no Egito que permitiu apurado conhecimento de anatomia humana, favorecendo o desenvolvimento da medicina e o surgimento de especialistas em várias áreas, como para doenças do estômago, do coração ou fraturas. Não eram raras, no Egito antigo, as bem-sucedidas intervenções cirúrgicas cranianas. O ensino, especialmente o mais aprofundado, aquele que se assemelharia ao curso superior na atualidade, visava manter as classes dirigentes da sociedade, com seus profissionais, sábios e eruditos.

"Os colégios sacerdotais, dotados de arquivos e bibliotecas, geralmente nos grandes templos, eram a sede do **ensino superior**. Foram célebres os de Heliópolis, Mênfis e Tebas. Os colegiais que haviam alcançado os graus acadêmicos podiam continuar morando naqueles estabelecimentos, para se dedicarem ao estudo (à semelhança dos colégios das antigas Universidades européias e dos *fellows* da moderna Oxford), gozando das grandes comodidades que as bibliotecas, observatórios, etc. ofereciam para o trabalho científico. Alguns daqueles estudantes também se dedicavam ao ensino.

A educação superior destinava-se a fins técnicos e profissionais: era realista. A regulamentação da agricultura, devido às inundações periódicas do Nilo, impôs estudos de índole muito diferente: **astronômicos**, para estabelecer um calendário, e isto fez florescer a astronomia e a matemática; e **hidráulicos**, para irrigação e represas, e isto impulsionou a engenharia, que se ocupou da arte de construir canais e diques. A mumificação e o embalsamamento fomentaram a dissecação, e daqui se passou a adquirir conhecimentos médicos notáveis, que a Grécia (Hipócrates) herdou, ao mesmo tempo que idéias empíricas sobre química (drogas e substâncias orgânicas). A própria literatura possuía um propósito prático, a saber, a aquisição de fórmulas para expressar facilmente as cerimônias religiosas e as transações mercantis."

LARROYO, Francisco. *História geral da pedagogia.* São Paulo, Mestre Jou, 1974. p.81-2.

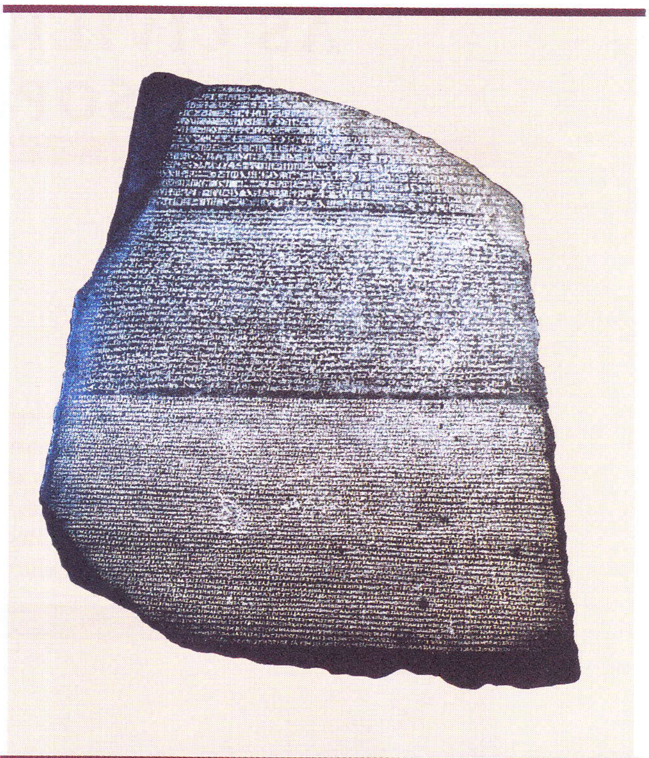
A medicina, a arquitetura e a engenharia foram utilizadas e estimuladas pelo poder central – tanto pelo faraó, quanto pelos sacerdotes. Também foram incorporadas as demais áreas refinadas do saber, cujos técnicos e artistas atuavam como verdadeiros funcionários do Estado. Do desenvolvimento da astronomia egípcia nasceu um calendário solar composto de doze meses, cada um com

trinta dias. E, para o desenvolvimento da engenharia e da arquitetura, além das obras hidráulicas, como diques e canais, a construção de templos e pirâmides foi de fundamental importância.

Quase sempre voltada para os deuses, para o faraó e para a corte, a pintura egípcia distinguia-se pela ausência de perspectiva e a escultura, muitas vezes monumental, pela rigidez. Na literatura, cultivava-se a poesia, a filosofia e a medicina, destacando-se o "Hino ao Sol", feito por Amenófis IV.

O Egito antigo desenvolveu três tipos de escrita: a sagrada, chamada escrita **hieroglífica**, inventada no período pré-dinástico, e que possuía mais de seiscentos sinais; a **hierática**, mais usada para documentos e era uma forma mais simples e derivada da anterior; e a **demótica**, a popular, nascida bem mais tarde e é uma simplificação da hierática com cerca de 350 sinais.

A decifração destas escritas coube ao francês **Champollion**, que utilizou uma pedra encontrada na região de Roseta por um soldado de Napoleão Bonaparte, em 1799. Com seus trabalhos iniciou-se a egiptologia, produzindo conhecimentos cada vez mais aprofundados do Egito antigo.



Foi na expedição militar de Napoleão ao Egito que um jovem oficial de engenharia (Bouchard) encontrou, a 70 quilômetros de Alexandria, em Roseta, uma pedra (foto) que continha inscrições em diferentes idiomas: grega, hieroglífica e demótica.